

Associação Brasileira de Ciência Política
10º Encontro - Ciência Política e a Política: Memória e Futuro
Belo Horizonte 30 de Agosto a 02 de Setembro de 2016

O ENSINO DE CIÊNCIA POLÍTICA E A MÚSICA NO LIVRO DIDÁTICO

Área Temática: Ensino e Pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais

Naiara Dal Molin
Universidade Federal de Pelotas

Marcelo Pinheiro Cigales
Universidade Federal de Santa Catarina

1. Introdução

A música é uma representação cultural, política e social que expressa a subjetividade de indivíduos e grupos diante de conjunturas sociais no decorrer da história. Durante a ditadura civil-militar implantada no Brasil em 1964, muitas canções foram utilizadas como instrumento de crítica ao regime ditatorial, pois apesar da censura daquele período, muitos compositores e intérpretes conseguiram por meio de metáforas fazer com que suas canções fossem ouvidas e percebidas como instrumento de contestação e descontentamento com a situação política e social do país.

A partir da redemocratização na década de 1980 e 1990 até o início dos anos 2000, houve uma expansão da indústria cultural no Brasil, onde a música tornou-se parte do cotidiano das camadas populares, e mais recentemente com o advento da rede mundial de computadores, a música atinge uma diversificação e multiplicação de ritmos que vai do gospel ao eletrônico, do funk ao clássico erudito. Conseqüentemente, as instituições sociais como a família, a escola, a Igreja, e os veículos de informação e comunicação passam cada vez mais a se conectarem com essa expressão artística e cultural, fazendo com que a socialização dos agentes esteja cada vez mais próxima da música, sendo esta também uma parte do processo de socialização.

As instituições educacionais também se utilizam da música como recurso didático. Nesse sentido, é possível perceber a apropriação desse artefato cultural pela produção dos livros didáticos, principalmente daqueles produzidos para as disciplinas da área de humanidades. Por meio da análise dos seis livros didáticos aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2015 para a área de Sociologia foi possível perceber que grande parte dos livros aprovados por esse programa se utilizam da música para a transposição de temas e conteúdos da disciplina no Ensino Médio.

Esta pesquisa tem por objetivo abordar a música como um recurso didático para o ensino de Ciência Política. Para isso iremos: **a) problematizar o ensino da Ciência Política junto à disciplina de Sociologia para o Ensino Médio; b) evidenciar e categorizar como a música é referenciada nos livros didáticos de Sociologia aprovados pelo PNLD 2015; c) trabalhar algumas músicas que são referenciadas nos livros didáticos a fim de propiciar a abordagem de temas voltados ao ensino de Ciência Política em sala de aula.** Nesse sentido optamos por descrever e analisar as canções “Clandestino” de Manu Chao; “Comportamento Geral” de Gonzaguinha e “Comida” de Arnaldo Antunes. A metodologia foi desenvolvida em duas etapas. A primeira voltou-se para a análise dos seis livros aprovados pelo PNLD de Sociologia/2015 (ARAÚJO, BRIDI, MOTIN, 2013; BOMENY, FREIRE-MEDEIROS, ERERIQUE, 2013; SILVA, 2013; TOMAZI, 2013; MACHADO, AMORIN, BARROS, 2013; OLIVEIRA, COSTA, 2013). Buscamos

compreender como a música era utilizada pelos (as) autores (as) e qual papel ela desempenhava na transposição de conteúdos ligados ao ensino de Ciência Política. Incluímos na análise o Manual do Professor e buscamos contrastar quais recursos disponíveis eram lançados em relação a esse recurso didático.

No segundo momento nos utilizamos do conceito de “transposição didática” de Yves Chevallard (2013) para trabalhar as canções que foram mais recorrentes nos livros em relação as temáticas voltadas ao ensino de Ciência Política, tais como: democracia, cidadania e poder. O conceito de transposição didática pode ser entendido como a transposição de um conhecimento científico em conhecimento escolar. O conhecimento científico passa por uma complexa estrutura social e simbólica passível de resignificação entre os agentes envolvidos com o processo de escolarização. A escola, o professor e o aluno encontram-se cada um com sua lógica própria na captação do conhecimento previamente oficializado e legitimado pelo Estado a partir de uma série de disputas nas esferas de escolha e seleção de determinados conteúdos, e, portanto, reconhecidos como oficiais. Dessa forma, a transposição didática é um conceito que auxilia na compreensão das estruturas macro (políticas, sociais, culturais) e micro (escola, aluno, professor) em que os conhecimentos científicos são transformados em conhecimentos escolares.

2. Ensino de Ciência Política e a Sociologia no Ensino Médio

A reintrodução da Sociologia na escola média brasileira, a partir da Lei nº 11.684/08, ampliou o debate sobre as pesquisas dessa disciplina no Brasil. Esse fato se evidencia pela produção de dissertações e teses sobre a questão (HANDFAS, MAÇAIRA, 2012), e pela organização de Dossiês¹ e Grupos de Trabalho nos eventos Nacionais de Sociologia, tais como o GT Ensino de Sociologia que em 2015 completou 10 anos junto ao Congresso Brasileiro de Sociologia. Se por um lado, a Sociologia garantiu um espaço entre as disciplinas do currículo da educação básica, por outro, ainda se faz necessário discutir os aspectos de produção e significação dessa disciplina no interior da escola.

Um desses aspectos é referente a nomenclatura da disciplina, que ora se confunde com as Ciências Sociais. Isto ocorre, conforme aponta Lima e Cortes (2013), porque a Sociologia e as Ciências Sociais, por muito tempo, foram entendidas e utilizadas como

¹ Sobre os dossiês voltados ao Ensino de Sociologia ver em: Revista Cronos (v.8, nº2, 2007), Mediações (v.12, nº1, 2007), Revista Inter-legere (nº.9, 2011), Revista Urutágua (nº24, 2011), Cadernos do CEDES (nº 85, 2011); PerCurso (v.13, nº1, 2012), Saberes em Perspectiva (v.4, nº8, 2014), Revista Café com Sociologia (v.3, nº1, 2014), Educação e Realidade (v.39, nº1, 2014), Revista Brasileira de Sociologia (v.2, nº3, 2014). Revista Café com Sociologia (v.4, n. 3, 2015), Revista Política & Sociedade, (v.14, n. 35, 2015), Revista Em Debate (n. 13, 2015), Revista Em Tese (v. 12, n. 2, 2015).

sinônimos ou as Ciências Sociais foram tratados como um ramo da Sociologia, como evidencia a afirmação de Peirano (2000, p. 219) de que a Antropologia no Brasil, por muito tempo, foi considerada como "uma costela da Sociologia, então hegemônica".

As Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) na educação básica ficaram sob a nomenclatura de Sociologia. Esse fato ocorreu por vários motivos, entre os quais destaca-se a luta pelo retorno da disciplina. Nesse sentido, falar em Ciências Sociais, seria buscar um espaço no currículo ainda inédito, ou até mesmo se aproximar das nomenclaturas de disciplinas como "Moral e Cívica" (decreto-lei, no. 869, de 12 de setembro 1969) "Estudos Sociais" e "Organização Social e Política do Brasil (OSPB)" (Resolução no. 8 de 1º de dezembro de 1971. Parecer no. 853/71) instauradas durante o Regime Civil-militar. (MELO, TOLETO, 2005). Por outro lado, o termo Sociologia, significava lutar pela (re)introdução, ou seja, pela volta de uma disciplina que possuía uma longa trajetória histórica no currículo da educação básica². Outra questão refere-se à própria lógica de institucionalização das profissões no Brasil, pois o sindicato dos sociólogos por muito tempo agregou profissionais da Ciência Política e Antropologia, e desempenhou papel relevante para a consolidação da luta para o retorno dessa disciplina na educação básica (CARVALHO, 2004; PEREIRA, 2016).

Até a década de 1960 não havia uma nítida distinção entre a Sociologia e as demais Ciências Sociais. Como destaca Lima e Cortes (2013, p. 422) "A sociologia predominava e se sobrepunha à Ciência Política e até mesmo à Antropologia, a confundir-se, muitas vezes, com a Economia e a História." Uma das características da constituição do campo disciplinar da Ciência Política ocorre com a criação da sua Associação científica. Fundada em 1986, seu primeiro encontro foi realizado no Rio de Janeiro, em 1998 (ABCP, 2015). Pode-se considerar que o desenvolvimento do campo acadêmico e científico da Ciência Política no Brasil foi um processo lento e multifacetado. Primeiro, porque esteve por muitos anos sob a "guarda" da Sociologia. E segundo, porque possivelmente os vários embates no cenário político, afetou a institucionalização e rotinização desse espaço de pesquisa e ensino no país. Entretanto, a partir dos anos 90 do século passado, inicia-se um processo de consolidação da área, principalmente com a ampliação das pesquisas e docência nos Programas de pós-graduação.

Desse modo, nos últimos três Encontros da Associação Brasileira de Ciência Política realizados em 2012, 2014 e, neste ano de 2016³ está presente o Grupo de Trabalho destinado a discutir o Ensino de Ciência Política e Relações Internacionais. Isso demonstra a

² Sobre a história da sociologia no Brasil, ver os trabalhos de: Meucci (2000); Oliveira (2013); Cigales e Bodart (2016).

³ Anais do evento disponíveis em: < <http://www.cienciapolitica.org.br/encontros/8o-encontro-abcp/>> e <<http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/>>. Acesso em: 20 de março de 2015.

preocupação do campo disciplinar de Ciência Política em discutir suas próprias práticas de ensino e pesquisa voltadas à educação, seja em âmbito universitário ou aquelas experiências voltadas à Educação Básica.

3. A música nos livros didáticos

Os livros didáticos de Sociologia aprovados pelo PNLD no ano de 2015, de maneira geral, pouco se utilizam da música como recurso didático nas aulas de Ciências Sociais para o Ensino Médio. A partir da leitura desses livros e de uma análise de como a música é utilizada para a transposição de conteúdos, evidenciou-se duas categorias de utilização da música: como recurso didático e como um complemento de ensino. A primeira visa à discussão de letras contextualizando o período histórico de produção e circulação da música, relacionando-o com os conceitos da disciplina em questão. A segunda tem por base indicar canções que trabalham o tema proposto, porém, sem necessariamente contextualizar o período e utilizá-la como uma proposição pedagógica para se trabalhar o conteúdo em sala de aula.

Em relação a análise da utilização nos livros didáticos, constatamos que Oliveira e Costa (2013) indicam no decorrer do livro 44 canções que buscam incluir cantores e bandas internacionais, tais como: Ramones, Pink Floyd, Mettlica, entre outros. Os cantores brasileiros também estão presentes, tais como: Fernanda Abreu, Chico Buarque, Plebe Rude, Nilton Nascimento, Titãs, Cazuza, Gonzaguinha, Renato Russo, entre outros. A sugestão dessas canções está presente no final de cada capítulo, onde os autores abordam como sugestão para trabalhar o conteúdo de cada seção. O caderno do (a) professor (a) traz uma nota sobre a utilização da música no decorrer das aulas.

Por sua vez, o livro de Bomeny, Freire e Ererique (2013) utilizam-se de 21 canções, dos quais se destacam artistas da Música Popular Brasileira, tais como Gilberto Gil, Chico Buarque, Milton Nascimento, entre outros. As autoras também trazem para o livro os cantores do rock como Raul Seixas, Renato Russo, Ultraje A rigor, entre outros. Fica evidenciado o cuidado em diversificar os ritmos e as gerações musicais, o que pode facilitar o desenvolvimento da música enquanto um recurso didático para os professores (as) que utilizam o livro em sala de aula. Apesar da diversidade das músicas trabalhadas, as autoras não buscam contextualizar esse recurso didático mais sistematicamente no Livro do (a) professor (a).

O livro de Machado, Amarin e Barros (2013) fazem referência a 20 canções. Entre os cantores e bandas destacam-se: Arnaldo Antunes, Lenine, Jorge Bem Jor, Renato Russo, O Rappa, Manu Chao, MV Bill, Titãs, Chico Science e Nação Zumbi, entre outros. Nesse livro, os autores procuram descrever as músicas em sua totalidade, ou trazer trechos delas para

serem trabalhadas em sala de aula. No entanto, o caderno do professor não aborda a música como recurso didático.

Silva et al (2013) abordam nove canções, sendo que três estão no livro do professor. Os cantores e bandas destacadas pelo livro são: Cazuza, Gonzaguinha, Radiohead, Titãs, Mano Brown, Zeca Pagodinho, Ney Matogrosso, Cidade Negra, entre outros. As músicas abordadas no Manual do professor procuram trazer dicas de como utilizar as canções em sala de aula.

Por fim, temos os livros de Araújo, Bridi e Motim (2013) e Tomazi (2013) que quase não utilizam a música como recurso didático nas aulas de Ciências Sociais. Enquanto o livro de Araújo, Bridi e Motim (2013) destacam duas canções dos Paralamas do Sucesso: “Alagados” e, o “Trabalhador e o trabalho”; o livro de Tomazi (2013) traz trechos das canções “Chico Brito” de Paulinho da Viola e “Pra não dizer que não falei das flores” de Geraldo Vandré.

Por meio da análise da utilização da música como recurso didático e complemento informativo, podemos classificar os livros de Oliveira e Costa (2013); Machado, Amorim e Barros (2013); Bomeny, Freire e Erique (2013); Silva et al (2013) como pertencentes a essa primeira categoria, ou seja, a dos livros que utilizam a música como um recurso didático, e os livros de Araújo, Bridi e Motim (2013) e Tomazi (2013) como pertencentes a segunda, ou seja, que utilizam a música como um complemento informativo. No entanto, é importante salientar que esta análise não exclui a possibilidade de desenvolvimento de outras categorias para a compreensão da utilização da música nos livros didáticos.

Entre as hipóteses que esta pesquisa levanta em relação a pouca utilização da música nos livros de Sociologia está o recente interesse das Ciências Sociais/ Ciência Política em olhar para suas práticas de ensino. Apesar de já existirem alguns trabalhos com proposições pedagógicas para a música em sala de aula, dos quais destacamos (DAL MOLIN, CIGALES, 2013; 2015; FIALHO, CIGALES, DAL MOLIN, 2015), se faz necessário um olhar para o potencial que a música pode trazer para discutir temáticas relacionadas aos conteúdos da área de Ciência Política, tanto no ensino superior como na educação básica.

4. A transposição de conteúdos da Ciência Política através da música

A seguir iremos abordar a possibilidade da música para a transposição de conteúdos da Ciência Política a partir da análise de três canções: Comportamento Geral de Gonzaguinha, Comida de Arnaldo Antunes e Clandestino de Manu Chao. Essas canções foram escolhidas por que se repetem em alguns livros analisados, e, nesse sentido, podem

servir de base para os professores para abordar os conteúdos e conceitos da Ciência Política no Ensino Básico.

Comportamento Geral Gonzaguinha

Você deve notar que não tem mais tutu
e dizer que não está preocupado
Você deve lutar pela xepa da feira
e dizer que está recompensado
Você deve estampar sempre um ar de
alegria
e dizer: tudo tem melhorado
Você deve rezar pelo bem do patrão
e esquecer que está desempregado

Você merece, você merece
Tudo vai bem, tudo legal
Cerveja, samba, e amanhã, seu Zé
Se acabarem com o teu Carnaval?

Você merece, você merece
Tudo vai bem, tudo legal
Cerveja, samba, e amanhã, seu Zé
Se acabarem com o teu Carnaval?

Você deve aprender a baixar a cabeça
E dizer sempre: "Muito obrigado"
São palavras que ainda te deixam dizer
Por ser homem bem disciplinado
Deve pois só fazer pelo bem da Nação
Tudo aquilo que for ordenado
Pra ganhar um Fuscão no juízo final
E diploma de bem comportado

Você merece, você merece
Tudo vai bem, tudo legal
Cerveja, samba, e amanhã, seu Zé
Se acabarem com o teu Carnaval?

Você merece, você merece
Tudo vai bem, tudo legal
Cerveja, samba, e amanhã, seu Zé
Se acabarem com o teu Carnaval?

Você merece, você merece
Tudo vai bem, tudo legal

E um Fuscão no juízo final
Você merece, você merece

E diploma de bem comportado
Você merece, você merece

Esqueça que está desempregado
Você merece, você merece

Tudo vai bem, tudo legal

A música "Comportamento Geral" foi composta em 1973 por Gonzaguinha. Neste artigo vamos utilizá-la para trabalhar o conceito de democracia. O período histórico no qual ela foi composta é caracterizado pela ditadura civil-militar de 1964 no Brasil, conseqüentemente, pela ausência de democracia. Segundo o clássico estudo de Dahl (2012) sobre poliarquia, duas dimensões são consideradas para a existência da democracia, a saber: a contestação pública e a participação política. Por isso, um regime que contém limitações à competição política e em que parcelas expressivas da população têm negado o direito de voto não pode ser considerado democrático.

O Brasil estava, em 1973, sob o governo de Emílio Garrastazu Médici (1905-1985), que governou de 1969 a 1974. Muitos países da América Latina estavam vivendo sob

regimes ditatoriais no período. O caso mais emblemático talvez seja o do Chile, onde Augusto Pinochet (1915-1973) derrubou o presidente Salvador Allende (1908-1973) eleito democraticamente e assumiu o poder através de um golpe de Estado. Somente a Colômbia e a Venezuela tinham governos eleitos pelo voto livre e democrático.

O governo Médici foi o período mais repressivo da ditadura civil-militar implantada após 1964. Segundo Alves (2005), a dialética da violência entre organizações armadas e forças de repressão do Estado se intensificou entre 1968 e 1973. As forças de repressão dizimaram as fileiras das organizações clandestinas pelo uso generalizado da tortura.

O Ato Institucional número 5 (AI-5) decretado em dezembro de 1968 marcou o fim da primeira fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional (Alves, 2005). Os dois partidos existentes dentro do bi-partidarismo forçado, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foram enfraquecidos pelos expurgos sofridos, especialmente o MDB, por ser o partido de oposição ao regime. O movimento estudantil e os sindicatos sofreram violenta repressão que acabou resultando num período de desorganização e falta de perspectiva.

Além da dimensão de crise política, ou crise democrática, retratada pela música, percebemos a dimensão da crise econômica vivida pelo mundo e pelo Brasil no momento histórico retratado. Isso deve ter relação com a própria formação do compositor Gonzaguinha, diplomado em Economia pela Universidade Cândido Mendes.

No Brasil temos o “milagre” econômico no período 1968-1973, em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 11,1% ao ano. Uma característica notável do “milagre” é que o crescimento rápido veio acompanhado do declínio da inflação e de superávits no balanço de pagamento (VELOSO, VILLELA & GIAMBIAGI, 2008).

Em 1973 temos no cenário mundial a crise do petróleo que irá atingir os países capitalistas centrais e os periféricos, como o Brasil. Contextualizando a crise do petróleo, ela tem suas raízes após a Segunda Guerra Mundial, quando os governantes dos países do Oriente Médio passaram a se interessar em controlar a exploração do petróleo em seus próprios países. Em posição frágil, por conta das terríveis perdas causadas pela Guerra, as nações capitalistas, não tiveram outra opção a não ser reconhecer a nova política das nações do Oriente Médio. Aceitaram reduzir seus lucros do que correr o risco de perder o acesso ao petróleo.

No começo da década de 1970, as nações produtoras começaram a regular o escoamento da produção petrolífera por conta de sua natureza não renovável. Em 1973, o valor do barril mais que triplicou em um curto período de três meses (SOUSA, 2016).

Com a Guerra do Yom Kippur, um dos vários conflitos entre árabes e judeus pelos territórios da Palestina, a crise entre o bloco capitalista e os produtores orientais piorou muito. Uma das consequências da guerra foi o boicote que os países árabes fizeram contra as nações que apoiavam os judeus. O barril do petróleo subiu absurdamente.

A crise do petróleo atingiu em cheio o Milagre Econômico Brasileiro, a política econômica do Regime Militar. A música de Gonzaguinha retrata o fim do milagre econômico de maneira crítica ao anunciar um “comportamento geral” esperado e incentivado pelo regime civil-militar em curso na época.

Esse “comportamento geral” envolve, de maneira geral, um bom comportamento caracterizado pela ausência de contestação pública prevista no conceito de poliarquia de DAHL (2012) e uma negação dos problemas econômicos, do arrocho salarial e do desemprego que se tornam comuns no período em questão.

Já nas primeiras estrofes aparece a denúncia do arrocho salarial em curso, quando o autor afirma “você deve notar que não tem mais tutu...você deve lutar pela xepa da feira... e esquecer que está desempregado”. Podemos utilizar esses versos para chamar atenção sobre o caráter de concentração de renda durante o período do milagre econômico, nas camadas mais altas da população, atingindo no máximo a classe média, enquanto a classe trabalhadora não desfruta das benesses do milagre e acaba pagando o preço com o arrocho salarial.

Ao mesmo tempo em que as camadas mais baixas da pirâmide salarial sofrem mais intensamente as consequências do fim do milagre econômico devem ter um comportamento de resignação que aparecem nos versos “e dizer que não está preocupado... e dizer que está recompensado/Você deve estampar sempre um ar de alegria/e dizer: tudo tem melhorado/Você deve rezar pelo bem do patrão”.

Alves (2005) lembra que os efeitos dos ganhos de produtividade não se refletiram nos salários dos trabalhadores. Além disso, o índice antecipado de inflação era permanentemente mantido bem abaixo da taxa real de inflação. Esses dois fatores levaram a reduções nos salários reais dos trabalhadores.

Outro ponto que pode ser abordado utilizando-se esses versos é a propaganda do regime civil-militar. Propaganda essa que tem na máxima “Brasil, ame-o ou deixe-o” o seu slogan. O regime patrocinou cantores que gravaram canções ufanistas como a composição de Dom & Ravel “Eu te amo meu Brasil”.

A expressão “Você merece” da música é um chamamento para uma reação a esta crise econômica e à de falta de liberdade. A questão política da falta de democracia e de liberdade aparece durante toda a música, especialmente nos versos “São palavras que ainda te deixam dizer/Por ser homem bem disciplinado”.

Esse “comportamento geral” envolve “... só fazer pelo bem da Nação/Tudo aquilo que for ordenado”. A recompensa seria “...ganhar um Fuscão no juízo final e diploma de bem comportado”. Aí percebemos a propaganda do regime civil-militar para a classe média, o fusca como o grande sonho do carro próprio. É possível trabalhar nesse ponto a presença das multinacionais no Brasil durante o “milagre”. Houve uma abertura para a entrada dessas multinacionais, principalmente as montadoras de carro. A Volkswagen aparece como uma das 50 empresas mais importantes no período abordado.

Toda essa propaganda do regime aparece nos versos “Tudo vai bem, tudo legal”. No entanto, o milagre econômico não durou para sempre, a música já mostra os sinais de fraqueza da política econômica do regime. “Cerveja, samba, e amanhã, seu Zé/Se acabarem com o teu Carnaval”. O milagre acabou e vimos que esse milagre não atingiu as camadas mais baixas da população, que talvez tenha se iludido com a promessa do “Fuscão no juízo final”. Mas o fim do milagre econômico é um dos fatores importantes na derrocada do próprio regime civil-militar que passa a perder o apoio de setores importantes da sociedade brasileira, como é o caso dos empresários.

A audácia de Gonzaguinha em questionar a ditadura não ficou impune. Ele teve 55 músicas censuradas. O ano de 1973 também ficou marcado pela censura da música “Cálice” de Gilberto Gil e Chico Buarque. Nesse ano surgiu no cenário musical brasileiro os “Secos e Molhados”, destacando-se o intérprete Nei Matogrosso. O grupo questionava o regime através de suas letras e na maneira espalhafatosa de sua vestimenta e maquiagem. Eles estavam bem distantes do “comportamento geral” idealizado pelos donos do poder.

Comida **Arnaldo Antunes**

Bebida é água.
Comida é pasto.
Você tem sede de que?
Você tem fome de que?
A gente não quer só comida,
A gente quer comida, diversão e arte.
A gente não quer só comida,
A gente quer saída para qualquer parte.
A gente não quer só comida,
A gente quer bebida, diversão, balé.
A gente não quer só comida,
A gente quer a vida como a vida quer.

Bebida é água.
Comida é pasto.
Você tem sede de que?
Você tem fome de que?
A gente não quer só comer,
A gente quer comer e quer fazer amor.
A gente não quer só comer,
A gente quer prazer pra aliviar a dor.
A gente não quer só dinheiro,
A gente quer dinheiro e felicidade.
A gente não quer só dinheiro,
A gente quer inteiro e não pela metade.

A música “Comida” de Arnaldo Antunes foi composta em 1987 e fazia parte do álbum “Jesus não tem dentes no país dos banguelas” da banda Titãs. Embora a canção aborde um

tema universal que é a discussão do que significa ser humano, o que nos diferencia dos animais, as nossas necessidades, as nossas fomes, achamos importante situar a canção no momento histórico em que ela foi composta.

Em 1987 vivíamos no Brasil o processo de redemocratização, após mais de duas décadas da ditadura civil-militar implantada em 1964. O processo de redemocratização do Brasil fez parte daquilo que Huntington (1994) chamou de Terceira Onda de Redemocratização.

Para Huntington (1994) os países que se democratizaram em meados do século XIX e início do século XX, compõem a Primeira Onda, inspirados nas Revoluções Francesa e Americana. A Segunda Onda de Democratização ocorre entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos 1960. A Terceira Onda se inicia com o fim da ditadura portuguesa em 1974, alastrando-se para os países da América Latina, inclusive o Brasil.

A transição democrática no Brasil foi uma transição pactuada e negociada entre as elites do regime autoritário e da oposição democrática (SHARE E MAINWARING, 1986). As “liberdades” eram “concedidas” aos poucos, a democracia era implantada de forma parcelada. Nessa transição pela transação a oposição democrática aceitou algumas limitações e regras fixadas pelo regime autoritário, ou seja, conforma Share e Mainwaring (1986) a oposição pode ser capaz de desafiar o regime, mas não o suficiente para derrubá-lo.

No entanto, os vários setores da sociedade não ficavam de braços cruzados esperando as mudanças acontecerem. Eles pressionavam para que a abertura política fosse menos lenta e gradual do que o governo queria. As mulheres lutavam pelos seus direitos, criando os conselhos da mulher, como foi o caso do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher no Rio de Janeiro (CEDIM/RJ), criado em 1987. Os sindicatos lutavam contra o arrocho salarial e pelos direitos dos trabalhadores. A luta se organizava nas associações de bairro das maiores cidades brasileiras.

No cenário internacional, em 1987, Mikhail Gorbachev implantou as reformas políticas e econômicas na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (a Glasnost e a Perestroika). Essas reformas aceleraram o fim da Guerra Fria e a Queda do Muro de Berlim na Alemanha. Do lado capitalista ocorreu a queda da bolsa de Nova Iorque no dia 19 de outubro. As ações caíram 22%, o que levou pânico aos mercados mundiais.

Voltando ao cenário brasileiro, tivemos a implantação da Assembleia Nacional Constituinte em 1º de fevereiro de 1987. Nessa Assembleia, e na Constituição que estava sendo elaborada eram depositadas as esperanças e as lutas por direitos de vários setores da sociedade nacional. Acreditava-se que ela pudesse garantir direitos políticos, civis e

sociais que não foram respeitados por mais de duas décadas de ditadura civil-militar no país.

É nesse contexto de efervescência política que se insere a canção “Comida” dos Titãs. Nos primeiros versos: “Bebida é água!/Comida é pasto!” os autores apontam elementos da subsistência de todos os animais, afinal temos o nosso lado animal. Mas nos dois últimos versos da estrofe: “Você tem sede de quê?/Você tem fome de quê?” Aparece o questionamento em relação às necessidades do ser humano, que são diferentes daquelas dos animais irracionais. Os autores afirmam : “A gente não quer só comida.. a gente quer bebida, diversão, balé... A gente quer a vida como a vida quer.”.

Aproveitando essa diferença estabelecida entre os seres humanos e os animais que é feita pelos autores, podemos trabalhar o conceito de cultura. Podemos abordar o conceito pelo viés antropológico, sociológico e político. Podemos utilizar os primeiros versos para trabalhar o conceito de cultura como superação daquilo que é dado pela natureza (pasto e água),ou seja, como aquilo que o homem transforma na natureza.

O mundo para o homem não é apenas um meio vital como o é para os animais. É um mundo interpretado, elaborado simbolicamente, que, portanto, tem um sentido outro que o mero dado factual. As ações rotineiras do ser humano são revestidas de simbolismo através da cultura. A matéria é elevada a novas possibilidades. Por isso os autores nos dizem: “A gente não quer só dinheiro/A gente quer dinheiro e felicidade”.

A cultura tem dois lados: o primeiro nos remete à acomodação e à assimilação dos traços culturais e o segundo que nos remete à ideia de mudança. Se tudo mudasse muito rápido e bruscamente em determinada sociedade não entenderíamos mais a simbologia da sua cultura. Mas se fosse só acomodação, viveríamos congelados num mundo onde a repetição levaria ao marasmo.

O lado da cultura mais presente na canção é o da mudança, da desacomodação, da exigência dos direitos humanos. Outro conceito que pode ser trabalhado com a música é o de direitos humanos, conceito que faz parte do estudo da Ciência Política. Os direitos civis, políticos e sociais são conceituados por Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000, p. 354): Os primeiros são aqueles que dizem respeito à personalidade do indivíduo (liberdade pessoal, de pensamento, de religião, de reunião e liberdade econômica), através da qual é garantida a ele uma esfera de arbítrio, desde que seu comportamento não viole os direitos dos outros. Os direitos civis obrigam o Estado a uma atitude de não impedimento, uma abstenção. Os direitos políticos (liberdade de associação nos partidos, direitos eleitorais) estão ligados à formação do Estado democrático representativo e implicam uma liberdade ativa, uma participação dos cidadãos na determinação dos objetivos políticos do Estado. Os direitos sociais (direito ao trabalho, à assistência, ao estudo, à tutela da saúde, liberdade da miséria

e do medo), maturados pelas novas exigências da sociedade industrial, implicam, por seu lado, um comportamento ativo por parte do Estado ao garantir aos cidadãos uma situação de certeza.

Os autores reafirmam a exigência do direito ao lazer, à arte, à liberdade (“saída para qualquer parte”), e à comida (direitos materiais). Esse tom de exigência de direitos aparece ao longo de toda a música. Num momento em que “A gente quer inteiro e não pela metade”. Isso foi escrito num momento histórico-político em que o direito ao voto no Brasil era pela metade. Só havia eleições para deputados, senadores (mesmo assim houve a criação da figura do senador biônico) e vereadores. Não havia eleições livres, diretas e democráticas para Presidente da República, governador e prefeito das cidades da fronteira, consideradas estratégicas.

A sociedade brasileira estava cansada de participação política pela metade e o acesso à própria arte pela metade, pois sofria a ação da censura do regime ditatorial. O acesso ilimitado à arte e à cultura demandam geralmente duas coisas: dinheiro e liberdade. Por isso que a exigência de que se tenha acesso aos direitos materiais é uma demanda da música, mas vai além disso.: “A gente não quer só dinheiro...”

A vida está pulsando no momento em que a canção foi composta, a sociedade brasileira está agitada com a possibilidade das mudanças rumo à democracia. Toda essa humanidade precisa ser vivida, os desejos, as necessidades e as vontades precisam ser atendidas. Não esqueçamos nunca que para haver vontade é preciso livre arbítrio, ou seja, liberdade. Sem liberdade não há vontade.

Essa canção é tão simbólica como a noção de cultura. Ela simboliza o grito da sociedade brasileira cansada de viver pela metade, de ter sua liberdade restringida por uma ditadura que já se mostrava arcaica. Que quer viver toda a sua dimensão humana, a sua cultura, a sua arte, fugir da dor, em busca do prazer. Esquecer ou “aliviar a dor” de um passado que deve ficar para trás. Uma sociedade, uma nação que quer liberdade, felicidade e ser tratada como gente e não como gado. A canção simboliza a grande esperança de melhores dias.

Clandestino Manu Chao

Solo voy con mi pena
Sola va mi condena
Correr es mi destino
Para burlar la ley

Soy una raya en el mar
Fantasma en la ciudad
Mi vida va prohibida
Dice la autoridad

Mano negra
clandestina
Peruano clandestino
Africano clandestino
Marihuana ilegal

Perdido en el corazón

Solo voy con mi pena

Solo voy con mi pena

De la grande babylon
Me dicen el clandestino
Por no llevar papel

Pa' una ciudad del norte
Yo me fui a trabajar
Mi vida la dejé
Entre ceuta y gibraltar

Sola va mi condena
Correr es mi destino
Por no llevar papel

Perdido en el corazón
De la grande babylon
Me dicen el clandestino
Yo soy el quiebra ley

Sola va mi condena
Correr es mi destino
Para burlar la ley
Perdido en el corazón
De la grande babylon
Me dicen el
clandestino
Por no llevar papel

Argelino clandestino
Nigeriano clandestino
Boliviano clandestino
Mano negra ilegal

Clandestino Manu Chao

Sozinho vou com minha
dor
Sozinha vai minha
condenação
Correr é meu destino
Para burlar a lei

Perdido no coração
Da grande babilônia
Me chamam clandestino
Por não levar papel

Para uma cidade do norte
Eu fui trabalhar
Minha vida deixei
Entre ceuta e gibraltar

Sou uma arraia no mar
Fantasma na cidade
Minha vida vai proibida
Diz a autoridade

Sozinho vou com minha dor
Sozinha vai minha condenação
Correr é meu destino
Por não levar papel

Perdido no coração
Da grande babilônia
Me chamam clandestino
Eu sou o quebra-lei

Manonegra
clandestina
Africano clandestino
Marijuana ilegal

Sozinho eu vou com
minha dor
Sozinha vai minha
condenação
Correr é meu destino
Para burlar a lei
Perdido no coração
Da grande babilônia
Me chamam
clandestino
Por não levar papel

Argelino clandestino
Nigeriano clandestino
Boliviano clandestino
Mano negra ilegal

A canção “Clandestino” do cantor francês Manu Chao foi composta em 1998 e faz parte do álbum com o mesmo nome. Esse álbum é o primeiro do cantor e contém letras em inglês, espanhol, português e francês. Esse fato em si já é indicativo do processo de globalização que se acentua a partir dos anos 1980, onde as fronteiras nacionais passam a ser questionadas e a ideia de uma cidadania mundial passa a ter alguma receptividade. O Estado Nação típico da modernidade perde a sua força, onde muitas empresas multinacionais se tornam verdadeiros impérios concentradores de dinheiro e poder. Essas empresas têm, em alguns casos, mais poder que muitos Estados Nacionais.

O termo “clandestino” é um adjetivo que significa feito às escondidas: reunião clandestina. Que é contra as leis ou amoral. Significa também, indivíduo que entra às escondidas num navio, avião, etc., para viajar sem passagem. Sinônimo de clandestino é ilegal, furtivo⁴. Se formos procurar em outras fontes, o significado do termo é semelhante. Vem do latim *clandestinu*, que significa: feito às ocultas; ilegal; designativo do indivíduo que entra num país infringindo as leis de emigração⁵.

Com estas duas definições já podemos apontar o tema central abordado pela canção: emigração e a situação dos migrantes que deixam seus países em busca de melhores condições de trabalho e de vida.

Como fizemos na análise das duas canções anteriores, faremos uma breve contextualização do momento histórico político no qual a canção foi composta, especialmente no país de origem do autor, a França. A relação nacional/estrangeiro adquiriu uma imensa importância no país, especialmente a partir de 1998, com o caso da proibição de alunas de escola pública de usar o véu característico da religião islâmica. O tema passou a ser discutido pela mídia, nas ruas, nos meios políticos, pela relevância que ele adquiriu às vésperas das eleições.

Segundo Reis (1999), desde meados dos anos 1980, a preocupação com a forma de inserção dos estrangeiros tornou-se um dos pontos principais da política francesa e foi motivo de reformas e modificações mais ou menos amplas na legislação referente a nacionalidade e imigração. A autora coloca como marco para o aumento do número de imigrantes ilegais na França a circular de 5 de julho de 1974, que estabelecia o fim da imigração de trabalho no país.

Ainda segundo Reis (1999), a percepção da imigração como um problema repousa em uma série de crenças como a de que houve uma imensa entrada de estrangeiros no país; a crise econômica, que ajudou a difundir a crença de que estrangeiros roubavam os empregos dos franceses e a de que a não existência dos imigrantes teria como resultado um aumento do padrão de vida do francês já que eles abusavam dos benefícios estatais.

A autora desmonta os argumentos que embasam essas crenças, mas não iremos nos deter nesse ponto. O importante a frisar é que os estrangeiros foram responsabilizados pelo desemprego, pela crise do Estado de Bem-Estar, pelo crescimento da insegurança e da violência nas grandes cidades por colocarem em risco a cultura francesa, entre outras coisas.

O governo francês apresentou projetos para diminuir os direitos dos imigrantes e estrangeiros, partindo do ponto de vista que a legislação francesa com relação à imigração

⁴ Disponível em <http://www.dicio.com.br/clandestino>. Acesso em 09/06/2016.

⁵ Disponível em <http://www.infopedia.pt/dicionarios/linguaportuguesa/clandestino>. Acesso em 09/06/2016.

era muito liberal e que isso atraía mais imigrantes para o país. O sentimento antiestrangeiro cresceu como um todo. O imigrante é o mais atingido pelo ressurgimento do tradicionalismo. Muitos se manifestam contra o uso do véu islâmico nas escolas (REIS, 1999).

Nesse contexto, a canção aborda o cotidiano do “clandestino”. Já na primeira estrofe a figura do clandestino é tratada como uma condição solitária: “Sozinho vou com minha dor/Sozinha vai minha condenação/Correr é meu destino/Para burlar a lei”. Entendemos que existem muitos “clandestinos” em diversas partes do mundo, mas que eles não encontram muito apoio. São solitários na sua luta pela sobrevivência, pela busca de trabalho para se manter nos países receptores. Já aparece na primeira estrofe a condição de correr da polícia, geralmente da polícia de imigração para burlar a lei.

Segundo Oliveira (2015) que estudou a imigração subsaariana na Espanha, em particular aquela entre Ceuta e Melilla, e dos haitianos no Brasil, a imprensa trata a questão da imigração de forma sensacionalista nos noticiários nacionais e internacionais. Estes buscam fazer acreditar à opinião pública que os imigrantes são uma ameaça e uma fonte de problemas para o país receptor.

A imprensa trata a questão da imigração como uma questão de segurança, buscando formas para mandar os imigrantes de volta a seus países de origem, e mantê-los longe da fronteira. Expressam o modo preconceituoso e, em alguns casos, racista de tratar a imigração, sem ao menos parar para refletir sobre a real dimensão do fenômeno. Essa forma de perceber a imigração segue alimentando a indústria de coyotes, expondo os imigrantes a mais violência, construindo cercas de arame farpado, no caso as Espanha, e os depósitos de gente como os observados em Ceuta, Melilla e Brasília (OLIVEIRA, 2015).

Na segunda estrofe é retratada a condição do “clandestino” que está “Perdido no coração/da grande Babilônia/Me chamam clandestino/Por não levar papel... Reis (2004) questiona o próprio termo “clandestino”. Ela se pergunta: como tratar por “clandestino” alguém que tem rosto e de quem se sabe a origem e se conhecem as rotas utilizadas no deslocamento, os destinos desejados e os pontos por onde pretende entrar?

O certo é que na terceira estrofe aparece os motivos que levam à imigração. Para uma cidade do norte/ Eu fui trabalhar/Minha vida deixei/Entre Ceuta e Gibraltar”. Os países de origem dos migrantes encontram-se em estágio de desenvolvimento bastante defasados em relação às demais nações. A migração é percebida como estratégia fundamental para sua sobrevivência e reprodução, mesmo que tudo faça parte de uma construção imaginária que de fato possa nunca vir a se realizar (OLIVEIRA, 2015).

Através da música “clandestino” podemos trabalhar o conceito de cidadania ou até mesmo o de subcidadania de Souza (2003). Apesar do autor utilizar esse conceito para

analisar a realidade brasileira, ele pode ser utilizado em relação aos imigrantes. Segundo Souza (2003, p. 174):

... na dimensão infra e ultrajurídica do respeito social objetivo compartilhado socialmente, o valor do brasileiro pobre não-europeizado- ou seja, que não compartilha da economia emocional do self pontual que é criação cultural contingente da Europa e da América do Norte – é comparável a que se confere a um animal doméstico, o que caracteriza objetivamente seu status sub-humano. Existe, em países periféricos como o Brasil, toda uma classe de pessoas excluídas e desclassificadas...

Fazendo uma adaptação do conceito de subcidadania de Jessé de Souza, podemos afirmar que existe uma “ralé” nos países receptores de imigrantes, ou de subcidadãos, que não conseguem ter acesso ao mínimo de direitos aos quais os nacionais têm acesso. Os imigrantes são considerados cidadãos de segunda ou terceira categoria.

Reis (2004) vai além na sua análise ao afirmar que os imigrantes não têm direito à cidadania. Segundo a autora, a ligação entre Estado e nação, construída na modernidade, assim como o princípio de autodeterminação interna, implica na formação de um laço entre nacionalidade e cidadania. O Estado-nação foi generalizado como a forma política de organizar o mundo, então a cidadania passou a ser atribuída em função da nacionalidade. O acesso aos direitos da cidadania está condicionado à posse da nacionalidade.

O direito de emigrar não é reconhecido como um direito humano, isso para Reis (2004) traz como consequência uma situação precária do imigrante em relação ao cidadão. Dessa forma os africanos, peruanos, bolivianos, retratados na música não são cidadãos para a autora, ou poderiam ser considerados subcidadãos se utilizarmos o conceito de Jessé de Souza.

Reis (2004) utiliza o conceito de cidadania de Marshal (1998, p.94): entendida como “o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de corpo investido de autoridade política, ou como eleitor dos membros de tal corpo”, para afirmar que os imigrantes não são cidadãos, tendo em vista que não participam das decisões a respeito de sua própria situação, ou seja, não têm direitos políticos.

Dessa forma, se ocorre momentos de crise, a situação dos nacionais é precária, mas a dos imigrantes é mais precária ainda. Segundo Pinto (2015), enquanto a taxa de desemprego dos nacionais espanhóis após a crise de 2008 era de 24, 30% o da população estrangeira alcançava 36,31%. Enquanto os contratos temporários são de 33, 8% no total da população trabalhadora na Espanha, o dos estrangeiros são de 58%. Destes, os africanos atingem a cifra de 69, 47% e latino-americanos fica entre 25 e 30% de contratos temporários. Os salários dos imigrantes também são bem menores do que os dos espanhóis.

Foi lançada uma campanha contra o termo ilegal (que inclusive aparece na sétima estrofe da canção) pela *Platform for International Cooperation on Undocumented Migrants* (PICUM). Isso já é um passo importante para que a questão migratória não seja vista pela ótica da criminalização. Alguns meios de comunicação já estão se comprometendo em eliminar o termo ilegal. O passo seguinte segundo Reis (2004), seria avançar no sentido de mostrar que não há nada de ilícito em migrar: a mobilidade espacial, ao contrário, é um direito do ser humano.

No entanto, estamos longe disso. Os imigrantes são tratados como clandestinos, duas décadas depois da canção. São tratados como caso de polícia e culpabilizados pelos problemas econômicos dos países receptores. São mãos negras ou latinas tratadas muitas vezes de forma racista e preconceituosa. Ainda estão correndo da polícia, superexplorados, tentando um trabalho para não serem deportados para seus países de origem.

5. Considerações Finais

Entre os principais resultados alcançados após o estudo é possível citar que os livros analisados, abordam a música de maneiras distintas. Por um lado, temos a música enquanto recurso didático: que visa à discussão de letras contextualizando o período histórico de produção da música, relacionando-o com os conceitos da disciplina em questão. Por outro, a música é utilizada como um complemento informativo: tendo por base indicar canções que trabalham o tema proposto, porém, sem uma base de contextualização ou proposição pedagógica para se trabalhar o conteúdo em sala de aula. Em relação ao livro do professor, percebe-se que existem poucas informações pedagógicas que possibilitem a utilização desse recurso didático, bem como a ausência de exemplos didáticos, o que dificulta ainda mais o desenvolvimento desse tipo de atividade. Por fim, esperamos que esta pesquisa problematize o ensino de Ciência Política na educação básica e ao mesmo tempo auxilie no desenvolvimento de metodologias mais atrativas para a transposição de conteúdos dessa ciência na escola.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA. 2015. Disponível em <<http://www.cienciapolitica.org.br/institucional/>>. Acesso em: 25 de março de 2015.

ARAÚJO, Sílvia Maria d. BRIDI, Maria Aparecida; MOTIN, Benilde Lenzi. **Sociologia**. Manual do professor. 1. Ed. São Paulo: Editora Scipione, 2013.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BOMENY, Helena; FREIRE-MEDEIROS, Bianca; ERERIQUE, Raquel Balmant; O'DONNELL, Julia. **Tempos modernos, tempos de sociologia**. Manual do professor 2. Ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.

CARVALHO, Lejeune Mato Grosso. A trajetória histórica da luta pela introdução da disciplina de sociologia no ensino médio no Brasil. IN: CARVALHO, L.M.G. (Org.). **Sociologia e ensino em debate**. Experiências e discussões de sociologia no ensino médio. Ijuí, Ed. Unijuí: 2004.

CIGALES, Marcelo; BODART, Cristiano. Debates em torno da história do ensino de Sociologia no Brasil. In: Gonçalves, Danyelle Nilin; Mocelin, Daniel Gustavo; Meireles, Mauro. (Org.). **Rumos da Sociologia no Ensino Médio: ENESEB 2015, Formação de professores, PIBID e experiências de ensino**. 1ed. Porto Alegre: Circula, 2016, v. 1, p. 23-42.

CIGALES, Marcelo. O ensino de Sociologia na UFRGS: entrevista com Luiza Helena Pereira. **Revista Café com Sociologia**, v5, n. 1, 2016, p. 169-185.

CHEVALLARD, Yves. **La tranposición didáctica: del saber sabio al saber enseñado**. 3. ed. Buenos Aires: Aique, 2013.

DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: EDUSP, 2012.

HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa. O estado da arte da produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica. **BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. V.74, p. 45-61, 2012.

HUNTINGTON, S. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

MACHADO, Igor José de Renó; AMORIN, Henrique; BARROS, Celso Rocha. **Sociologia Hoje**. Manual do professor. São Paulo: ática, 2013.

LIMA, Jacob Carlos; CORTES, Soraya Maria Vargas. A sociologia no Brasil e a interdisciplinaridade nas ciências sociais. Dossiê: Disciplinas e profissões em debate. **Civitas**, v13, n.3. p. 416-435, 2013.

MARSHALL, T. H. Citizenship, class and status. In: SHAFIR, Gerson (org). **The citizenship debates**, Minneapolis, University of Minesota, 1998.

MELO, Francisco Egberto de; TOLEDO, Edilene Terezinha de. o ensino de estudos sociais, em e ospb e a resignificação da cultura cívica nacional nas práticas escolares em escolas de fortaleza durante o regime militar. ANPUH. XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Anais do evento**. Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0393.pdf>>. Acesso em: 26 de março de 2015.

MEUCCI, Simone. **A Institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. 2000. 157 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Departamento de Sociologia. Universidade Estadual de Campinas-SP: IFCH-UNICAMP, 2000.

MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Volume I. São Paulo: Vértice: IDESP, 1989.

_____. **História das Ciências Sociais no Brasil**. Volume II. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995.

OLIVEIRA, Antonio Tadeu Ribeiro de. Os invasores: as ameaças que representam as migrações subsaariana na Espanha e haitiana no Brasil. In: **Revista Interdisciplinar da Mobilidade humana**. Vol 23, n. 44, Brasília jan/jun 2015.

OLIVEIRA, Lippi. As Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Volume II. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995.

OLIVEIRA, Amurabi. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. **Acta Scientiarum: Education**, v. 35, n. 2, 2013.

OLIVEIRA, Luis Fernandes; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **Sociologia para os jovens do século XXI**. Manual do professor. Rio de Janeiro. 3. Ed. Imperial Novo Milênio, 2013.

PEREIRA, Luiza Helena. O ensino de sociologia na UFRGS: Entrevista com a professora doutora Luiza Helena Pereira. Entrevista realizada por Marcelo Pinheiro Cigales. Revista Café com Sociologia. v. 5, n. 1. p. 169-185, 2016.

PINTO, Nilton Cezar Pereira. O impacto da crise econômica espanhola na mão de obra imigrante. In: **Revista Brasileira de Estudos da População**. Vol 32, n. 1. São Paulo jan/abr 2015.

REIS, Rossana Rocha. Políticas de nacionalidade e políticas de imigração na França. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.14, n. 39, São Paulo, fev. 1999.

_____. Soberania, direitos humanos e migração internacionais. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 19. n. 55, São Paulo, junho 2004.

SHARE, D.; MAINWARING, S. Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha. In: **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 29, n.2, 1986.

SILVA, Afrânio, et al. **Sociologia em movimento**. 1. Ed. São Paulo: Moderna, 2013.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Crise do Petróleo**. Brasil Escola. Disponível em <http://brasilescola.uol.com.br/petroleo1htm>. Acesso em 27 de maio de 2016.

SOUZA, Jessé. **A Construção da Subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

VELOSO, Fernando; VILLELA, André & GIAMBIAGI, Fabio. In: **Revista Brasileira de Economia**; v.62, n.2. Rio de Janeiro, abr/jun. 2008.